



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DO CONCELHO DE ALIJÓ DO DIA TREZE DE NOVEMBRO  
DE DOIS MIL E TREZE**

—Aos treze dias do mês de Novembro de dois mil e treze, pelas 14h00 horas, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, reuniram a Assembleia Municipal de Alijó em sessão extraordinária com a seguinte ordem de trabalhos: -----

\_\_\_\_\_ **UM:** Intervenção do Senhor Presidente da Câmara; -----

\_\_\_\_\_ **DOIS:** Eleição de cinco membros para a Assembleia Intermunicipal da CIMDouro – Comunidade Intermunicipal do Douro; -----

\_\_\_\_\_ **TRÊS:** Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, e seu substituto, para o XXI Congresso da Associação Nacional de Municípios; -----

----- **QUATRO:** Nomeação de dois elementos para integrarem a Comissão Alargada da CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens; -----

----- **CINCO:** Constituição de um grupo de trabalho para elaborar o projecto de Regimento da Assembleia Municipal; -----

----- **SEIS:** Fixação do valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI); -----

----- **SETE:** Autorização para lançamento de Derrama; -----

\_\_\_\_\_ **OITO:** Aprovação da Taxa Municipal de Direito de Passagem (TMDP) e fixação do respectivo valor;

----- **NOVE:** Aprovação da prestação de serviços para controlo da qualidade da água; -----

----- **-DEZ:** Aprovação da prestação de serviços para realização de águas residuais; -----

----- **ONZE:** Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais; -----

----- **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Maria Manuela Faria Domingues, Mário Joaquim Vaz e Fátima Maria Henrique de Barros, respectivamente, Presidente e Secretários da Mesa.-----

*Acta da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.11.13*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

2

A Senhora Presidente da Mesa saudou todos os presentes e deixou um voto para o mandato que se inicia, desejando, que apesar das opiniões que eventualmente os dividam, todos sejam capazes de pôr em primeiro lugar os interesses do Concelho. -----

Explicou que aquela primeira Assembleia se realizava de forma extraordinária porque i) era necessário eleger elementos para a CIM Douro ii) aquele era o último dia de inscrição para o congresso da Associação Nacional de Municípios, que decorrerá no dia vinte e três de Novembro iii) era necessário aprovar a taxa do IMI para o próximo ano.-----

Disse ainda, que por se tratar de uma Assembleia Extraordinária não haveria o período antes da ordem do dia e, por isso, também não haveria qualquer exposição por parte do Senhor Presidente da Câmara, mas apenas e tão só uma breve intervenção, por se tratar da primeira Assembleia do presente mandato.-----

De seguida procedeu-se à chamada, tendo-se verificado que à mesma não responderam, por não se encontrarem presentes, os senhores deputados Humberto João Barbosa dos Santos e Luís Horácio Macedo dos Santos.-----

Foi dado conhecimento da correspondência recebida a qual ficaria à disposição de quem a quisesse consultar. Trata-se de uma carta aberta, enviada pela FENPROF, em defesa da Escola Pública e que a seguir se transcreve: -----

-----

*Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.11.13*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

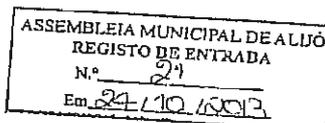
Deslumbrante Património Natural

3

Handwritten signature and initials in blue ink.



FENPROF – FEDERAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES



Tomei conhecimento  
29-10-2013

Handwritten initials in blue ink.

Sua Referência:

Exm<sup>o</sup>/ª Senhor/a

Nossa Referência: FP-181/2013

Presidente da Assembleia Municipal

Data: 21/10/2013

Assunto: Envio de Carta Aberta em defesa da Escola Pública

Senhor/a Presidente da Assembleia Municipal,

A FENPROF decidiu tornar pública uma Carta Aberta em defesa da Escola Pública. Aprovou-a e divulga-a com a consciência de que nunca a Escola Pública em Portugal correu tão grandes riscos, devido à política que está a ser imposta pelo atual governo e que val, precisamente, no sentido do seu desmantelamento. Aliás, a forma descuidada como o MEC preparou o início do presente ano letivo e o impacto que teve nas condições de abertura das escolas públicas, em nossa opinião, confirma isso mesmo, reforçado pela aprovação de quadros legais que ferem preceitos constitucionais e também a Lei de Bases do Sistema Educativo.

Neste momento tão sensível da vida nacional e de tão grande importância para a Escola Pública, todas as vozes serão poucas para defender este importante bem social e todas as vontades que se unirem darão mais força a essa defesa.

A FENPROF aproveita a oportunidade para cumprimentar os protagonistas do poder local eleitos no dia 29 de setembro. A importância dos municípios na Educação, dadas as competências que lhes estão atribuídas, e as dificuldades que têm em dar respostas que só são possíveis dado o grande esforço e empenhamento dos autarcas, são razões que justificam que autarquias e organizações representativas de professores e educadores estabeleçam pontes de cooperação e solidariedade.

Com os melhores cumprimentos

Secretariado Nacional

Mário Nogueira  
Secretário-geral

Rua Flávia do Almolda, nº 3 – 1070-128 LISBOA – Telef. 213819180; Fax. 213819198 – E-mail: fenprof@fenprof.pt  
www.fenprof.pt

Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.11.13



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and initials in blue ink.

## Carta Aberta

# Defender a Escola Pública é lutar pelo futuro

A Escola Pública em Portugal está exposta a ataques dos seus adversários há vários anos, praticamente desde que foi consagrada em lei como garante do acesso de todos os portugueses a uma Educação de qualidade.

Porém, nunca como agora, com este Governo, viu o seu espaço, o o seu futuro, tão claramente postos em causa.

É certo que os dois partidos que sustentam o atual Governo nunca esconderam a sua predileção pelo ensino privado. Um deles – o CDS/PP – ainda agora se regozija de ter votado contra a Constituição e, pode dizê-lo também, contra a Lei de Bases do Sistema Educativo, para se referirem apenas as leis que enquadraram as formas de organização do nosso sistema educativo.

Os motivos foram (são) óbvios: não viram aí contemplado o espaço do ensino privado em condições de igualdade com o previsto para o ensino público.

Só que, PSD e COS-PP entenderam que é agora o momento certo para impor aos portugueses o consumo do ensino privado.

Momento certo porquê? Porque se enquadra numa violenta ofensiva contra os serviços públicos, todos, debilitando-os primeiro e desmantelando-os de seguida, no cumprimento escrupuloso da agenda neoliberal que os nossos governantes desenvolvem. Assim sendo, claro que a Educação não poderia ficar de fora!

Propõem-se alargar o financiamento do ensino privado com dinheiro público (na senda do cheque-ensino que o CDS viu recusado em 1986, aquando da aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo) e engrassam a prosa com a hipócrita expressão da "liberdade de escolha", designação usada sem originalidade para encobrir os piores desígnios neoliberais.

Entendamo-nos: esses partidos, e o Governo, que digam aos portugueses em que lei encontram a obrigação de o Estado garantir a todos os cidadãos o acesso à escola privada.

Em contrapartida, é fácil mostrar-lhes as leis onde está plasmado que "compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino que cubra as necessidades de toda a população" (nº 1, do artigo 37º, da Lei 48/86) ou, noutra formulação, "O Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população" (nº 1, do artigo 75º, da Constituição da República).

O cumprimento dos seus preceitos exige que se invista e garanta uma Escola Pública de elevada qualidade para todos, em vez de usar dinheiros públicos para financiar de igual forma ofertas públicas e privadas numa lógica de mercado.

Restarão dúvidas? Só, talvez, da parte de quem não estiver de boa fé, e a esses há que dizer-lhes que as tentativas que encetam são ilegais e claramente Inconstitucionais!

Em democracia não vale tudo, e as leis são para se cumprir, por todos e a começar pelo Governo.

A FENPROF apela aos professores, e a toda a população, para que unam esforços, se mobilizem, tornem pública a sua indignação por mais este gravíssimo ataque à Escola Pública, o rechacem e assumam a inequívoca defesa da Educação no nosso país.



FENPROF  
Federação Nacional dos Professores | [www.fanprof.pt](http://www.fanprof.pt)

25.10.13/nc

Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.11.13



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

5

A Senhora Presidente deu início à ordem do dia, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para principiar a sua intervenção.-----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Iniciou a sua intervenção cumprimentando a Mesa, os Senhores Deputados Municipais e os Senhores Vereadores presentes, tendo dito: -----

*“ Esta sessão marca o início de um trabalho de quatro anos, que traz-nos como responsabilidade, conduzir o município num momento de grande dificuldade. Esta responsabilidade é histórica, de forma que eu quero fazer primeiramente uma declaração de compromisso com esta Assembleia, de que todo o Executivo será transparente e responsável, em todas as comunicações que aqui fará sempre no sentido de dar a conhecer às populações o verdadeiro estado do nosso Município. Da Vossa parte conto exactamente que assumam essa mesma responsabilidade e que percebam o momento histórico que estamos a viver. Vamos conduzir os destinos deste município e, neste caso, o Executivo de que eu faço parte, em minoria, vamos conduzi-lo numa dificuldade extrema. Apelo a que, primeiramente, os superiores interesses do concelho de Alijó, estejam presentes nas nossas decisões. As gerações vindouras julgar-nos-ão por tudo o que aqui decidimos e por tudo que conseguimos fazer.-----*

*É com este espírito, que eu e todos os Vereadores que estão comigo e os Senhores Vereadores da oposição, que também já manifestaram este desígnio para o seu mandato, que faremos estas comunicações à Assembleia Municipal, sempre no interesse superior do concelho de Alijó. Não me querendo alongar mais, desejo uma boa jornada de trabalho e que todos consigamos encontrar os pontos certos que nos ligam e que é exactamente o interesse pelo concelho de Alijó” -----*

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Disse saber que é habitual os senhores Vereadores sentarem-se na fila da frente, tendo, por isso, convidado o Senhor Vereador Miguel Rodrigues e o Senhor Vereador Adérito Figueira, a fazê-lo, caso o desejassem.-----

Perguntou em seguida, quem eram os representantes de cada grupo. Pelo PSD foram indicados os Senhores Deputados João Paulo Vilela António José Lousa; pelo PS os Senhores Deputados Telmo Pinto e Cláudio Vilela; pelo grupo Movimento Alijó Movimento Alijó Inovação com Segurança (doravante designado grupo MAIS) os Senhores Deputados Laureano Guedes e Maria Eduarda Sampaio.-----

*Acta da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.11.13*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJO**

Deslumbrante Património Natural

6

Face à intervenção do Senhor Presidente, questionou se algum Senhor Deputado gostaria de usar a palavra, tendo sido aberto um período de inscrições, no qual se inscreveram os Senhores Deputados, **Marco Rodrigues, Telmo Pinto e João Paulo Vilela**, aos quais foi dada a palavra.-----

-----**DEPUTADO MARCO RODRIGUES:** Cumprimentou a Mesa, o Presidente da Câmara, os Senhores Deputados Municipais, os Senhores Vereadores presentes e disse que:-----

Na sequência e contexto da intervenção do Senhor Presidente da Câmara e por uma questão de transparência, solicitava à Câmara Municipal de Alijó e ao seu Executivo, que lhe fosse facultado durante a reunião (a ele e a quem os quisesse consultar), uma folha com os valores das transferências efectuadas às Freguesias, antes do ato eleitoral e após o ato eleitoral, realizado no dia 29 de Setembro.-----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Questionou o Senhor Presidente da Câmara da possibilidade de facultar os documentos ainda durante a sessão... o qual disse, se a assembleia o permitisse, tentaria junto dos serviços providenciar, de imediato, pelos documentos.-----

-----**DEPUTADO TELMO PINTO:** Cumprimentou a Mesa, o Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores Deputados Municipais e os Senhores Vereadores presentes e disse:-----

*“Aproveito este momento para dizer umas palavras relativamente àquilo que é o início deste novo mandato. Compreenderão quanto me sinto lisonjeado por, após um longo período pré eleitoral, merecer a confiança da maioria dos Deputados do Partido Socialista nesta nova Assembleia Municipal, que me conduziram ao nobre cargo de a representar e, desta forma, ter essa responsabilidade. Encaro este novo desafio com um grande sentido de responsabilidade, máxima imparcialidade e marcado conceito de rigor. Saberei, garantidamente, exercer esta função, com uma norma de procedimento que é muito cara aos alijoenses, na base do equilíbrio e do bom senso e que se deverá assemelhar ao sal na comida. Como diria D. António Alves Martins “nem de mais, nem de menos”-----*

*Quero, porém, saudar toda a população deste concelho, que mais uma vez deu uma grande lição de cidadania no acto eleitoral de 29 de Setembro. Ganhou quem mereceu ganhar. Verificou-se mudança no Presidente da Câmara. Encontrou-se um novo Presidente da Assembleia Municipal. Surgiram novos Presidentes de Junta, renovaram-se os Deputados Municipais. Perante todos nós, aqui aparecem novas*

*Acta da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.11.13*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

Doslumbrante Património Natural

*personalidades, diferentes temperamentos, outras mentalidades. E assim, nos próximos quatro anos, os destinos do concelho a estes ficam entregues, com forte esperança que ficaremos melhor e mais solidários.*

*Este foi o sentido de voto dos cidadãos em que o desejo comum será esmagar a crise, aniquilar a desertificação, apagar o desemprego. Será um desígnio que me acompanhará nesta função, em articulação e convergência com o Senhor Presidente da Câmara e a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, assim como todo o respectivo Executivo, a quem aproveito para saudar democraticamente, com solene compromisso de acção solidária na defesa do municipalismo mais puro, numa pluralidade de vontades e convicções, onde comungam grandes objectivos e grandes responsabilidades, para o combate às incertezas, aos riscos e aos dramas sociais.* -----

*Senhor Presidente da Câmara, Senhora Presidente da Assembleia, Senhores e Senhoras,*-----

*A página que agora folheamos na nossa história transporta-nos a novos conhecimentos, novas ideias, outros saberes e outras vontades para ganharmos o futuro. A coesão e a unidade nas diferenças têm que transformar fragilidades em conquistas, incertezas em equilíbrios, obstáculos em oportunidades.* -----

*Todos, mesmo todos, temos que assumir que vamos conseguir ultrapassar os desafios que se nos vão colocar no dia-a-dia. Trata-se de uma hercúlea tarefa, bem sabemos, mas, só lutando com firme determinação, deixaremos de sobreviver para passar a cultivar uma nova alegria de viver.*-----

*Meus Senhores, Minhas Senhoras,*-----

*Renovo a todos o meu orgulho nesta subida aos céus do município. Saberei honrar o nome de Alijó, carregarei comigo os mais sagrados valores da democracia, transportarei sempre os nobres princípios da tolerância e da pluralidade a fim de dignificar o cargo que agora ocupo. Elevadamente, assumirei sobre a honra e bandeira deste concelho, a condição de duriense, transmontano e português, com a certeza que para esta terra e estas gentes, com o trabalho de todos, o fatalismo da desgraça tem que quer, e será, varido dos nossos horizontes. Assim construiremos o futuro. Assim se fará Alijó. Muito obrigado.*-----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigada, Senhor Deputado pelas suas nobres palavras. E agora Senhor Deputado João Vilela...-----

-----**DEPUTADO JOÃO PAULO VILELA:** Cumprimentou a Mesa, o Presidente da Câmara, os Senhores Deputados Municipais e os Senhores Vereadores presentes e disse: -----

*Acta da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.11.13*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

8

*“É com agrado que em nome do PSD, dou as boas vindas aos novos elementos desta Assembleia Municipal, que dirijo felicitações neste mandato aos novos e àqueles que foram reeleitos, bem como a todos os novos membros autárquicos do Concelho de Alijó. -----*

*Posto isto e dado que esta é uma Assembleia Municipal Extraordinária e a ordem de trabalhos é extensa, não me vou alongar. Só duas considerações a propósito do discurso do Senhor Presidente da Câmara, quando aqui, referiu, no seu discurso dificuldades extremas Temos parcial consciência do estado em que está o Concelho, ou melhor, o Município, neste caso em particular. Estamos aqui disponíveis, para em conjunto, nesta assembleia, resolver os interesses do Concelho de Alijó em primeiro lugar. -----*

*Fazia, desde já, um apelo também aos Deputados da oposição para que aqui e nestes quatro anos não se pratique a política da terra queimada, e que seja o banal e a política pela política, mas a política pelo interesse do Concelho de Alijó e que seja isso que nos defina em primeiro lugar. -----*

*Depois e pela transparência que aqui foi também referida, parece-me importante para que essa transparência possa existir - e tão recorrente que é no discurso político quer local, quer nacional - que, para isso possa acontecer, deixo aqui um desafio de que numa futura Assembleia Municipal possa aqui ser aprovada uma auditoria às contas da Câmara Municipal de Alijó, para que todos possamos saber o estado em que se encontra e a partir daí, um possível arranque para um trabalho mais sério e digno dos desígnios do Concelho de Alijó. -----*

*-----**PRESIDENTE DA MESA:** Muito obrigado Senhor Deputado. Eu creio que não há mais ninguém inscrito.....-----*

*Passou ao segundo ponto da ordem do dia “**Eleição de cinco membros para a Assembleia Intermunicipal da CIMDouro – Comunidade Intermunicipal do Douro**”, explicando que teriam de ser eleitos quatro Membros da Assembleia eleitos directamente, ou seja, que todos poderiam ser eleitos e votar, à excepção dos Senhores Presidentes de Junta. Disse ainda que teriam de ser eleitos quatro elementos, mais um suplente. A eleição teria de ser feita por voto secreto. Perguntou aos representantes dos grupos se tinham listas de nomes a apresentar e que as fizessem chegar à Mesa, para que se procedesse à votação. -*

*Pelo Deputado **João Paulo Vilela**, foi apresentada a lista do PSD, composta por João Paulo Vilela, Samuel Cunha, António José Lousa, Laurindo Miranda e Alceu Mendes da Costa. -----*

*Acta da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.11.13*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJO**

Deslumbrante Património Natural

Pelo **Deputado Telmo Pinto** foi apresentada uma lista composta Telmo Pinto, Eduarda Sampaio, Cláudio Vilela, Laureano Guedes e Luís Lameiras.-----

Pelo **Deputado Laureano Guedes** foi dito que não seria apresentada lista pelo grupo MAIS.-----

A **Presidente da Mesa** anunciou que a lista apresentada pelo **Deputado João Paulo Vilela (PSD)** seria a lista A e a lista apresentada pelo **Deputado Telmo Pinto** a lista B. -----

Deu-se início à votação, tendo no decurso da mesma, entrado no Salão Nobre o **Senhor Deputado Humberto Santos**, quando eram catorze horas e cinquenta e quatro minutos. -----

A Senhora Presidente questionou o Senhor Deputado se tinha ocorrido facto impeditivo que justificasse o atraso, o qual respondeu que não pôde chegar mais cedo por motivos profissionais. Referiu, ainda, o Senhor Deputado que ao longo de trinta anos nunca tinha assistido a nenhuma situação daquelas por parte da Mesa e que iria ficar atento durante o mandato se esse rigor se manteria. Disse, ainda, achar que seria uma falta de democracia se não lhe fosse permitido votar. -----

Disse a Senhora Presidente da Mesa ao Senhor Deputado que não podia avaliar o que tinha ocorrido no passado e que a Mesa ainda nem sequer se tinha pronunciado quanto à sua votação, mas que iria fazer breve reunião para decidir da sua participação na mesma.-----

Lembrou que todos os Senhores Deputados trabalham e que têm horários a cumprir, e lembrou que ao aceitarem estes cargos devem respeitar as Instituições para que foram eleitos. Recomendou ainda para que de futuro este tipo de situações não voltasse a acontecer. -----

Após conferência, a Mesa decidiu que o Senhor Deputado Humberto Santos votasse. -----

Procedeu-se em seguida à contagem dos votos. Registaram-se vinte e um votos, distribuídos da seguinte forma: lista B - doze votos, lista A - nove votos.-----

Assim, segundo o sistema de representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt, previsto para esta eleição foram eleitos para **Assembleia Intermunicipal da CIM Douro**, os Senhores Deputados **Telmo Pinto, João Paulo Vilela, Eduarda Sampaio, Samuel Cunha** e, como suplente, **Cláudio Vilela**. --

Introduzido que foi o terceiro ponto da ordem de trabalhos "**Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia, e seu substituto, para o XXI Congresso da Associação Nacional de Municípios**", a Senhora

*Acta da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.11.13*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

10

Presidente da Mesa questionou os representantes dos grupos municipais sobre os elementos que pretendiam apresentar. -----

O **Senhor Deputado Telmo Pinto (PS)** apresentou como efectivo o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Verde, Domingos Henriques, e como suplente a Senhora Presidente da União de Freguesias do Pópulo e Ribalonga, Filomena Nogueira. -----

O **Senhor Deputado João Paulo Vilela (PSD)** apresentou como efectivo o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Pinhão, Albano Pereira, e como suplente a Senhora Presidente da União de Freguesias de Vilaninho de Cotas e Casal de Loivos, Sónia Pires. -----

Questionado, o **Senhor Deputado Laureano Guedes, (Grupo MAIS)** disse não pretenderem apresentar nenhuma lista.-----

A **Presidente da Mesa** disse que se não houvesse objecções, manteriam a mesma terminologia, ou seja, o PSD seria a lista A e o PS a lista B, no que foi interrogada, quanto ao critério, pelo **Senhor Deputado Telmo Pinto** ( "se o Partido Socialista apresenta em primeiro lugar é a lista B. Se apresenta em segundo lugar também é lista B").-----

A **Presidente da Mesa**, explicou que foi por terem começado assim, mas que poderiam ter outra nomenclatura ou numeração se assim o entendessem. Como ninguém se pronunciou, a Presidente da Mesa, decidiu, para que não restassem dúvidas ou confusões, que, até ao final das eleições, as listas apresentadas pelo PSD seriam a lista A, as do PS a lista B e se grupo MAIS apresentasse listas seriam a lista C. Deu-se início à votação. -----

Procedeu-se em seguida à contagem dos votos. Registaram-se trinta e quatro votos, distribuídos da seguinte forma: lista B - dezassete votos, lista A - dezasseis votos; votos em branco – um.-----

Foram, assim, eleitos para a **Associação Nacional de Municípios** e para estarem presentes no XXI Congresso o **Senhor Deputado Domingos Henriques** e como substituta a **Senhora Deputada Filomena Nogueira**.-----

A **Senhora Presidente da Mesa** informou que, por se encontrar impedida, não poderá estar presente no Congresso, mas que em sua substituição estará o Senhor Primeiro Secretário, Mário Joaquim Vaz.

*Acta da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.11.13*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

11

Comunicou que iria proceder, de imediato, ao preenchimento do formulário por tratar-se do último dia de inscrições. -----

Questionou ainda se o **Senhor Deputado Domingos Henriques** iria estar presente no Congresso. Não se encontrando na sala, questionou o motivo da ausência deste e de outros Senhores Deputados. O representante do grupo do PS, Deputado Telmo Pinto, confirmou a presença do deputado Domingos Henriques no Congresso. -----

De seguida, a **Senhora Presidente da Mesa** introduziu o ponto quatro da ordem de trabalhos "**Nomeação de dois elementos para integrarem a Comissão Alargada da CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens**". Questionou os representantes das bancadas se tinham nomes a indicar. -----

Pelo **Senhor Deputado João Paulo Vilela, (PSD)**, foram indiciados os Senhores Deputados Glória Veiga e Mário Vaz. -----

Pelo **Senhor Deputado Telmo Pinto (PS)** foram indicados os Senhores Deputados Alexandra Cardoso e Joaquim Veloso. -----

Questionado, o **Senhor Deputado Laureano Guedes, (Grupo MAIS)** disse não pretenderem apresentar nenhuma lista. -----

A **Senhora Presidente da Mesa** lembrou que a lista apresentada pelo PSD seria a lista A e a lista apresentada pelo PS a lista B. -----

Deu-se início à votação e de seguida à contagem dos votos. Registaram-se trinta e quatro votos, distribuídos da seguinte forma: lista B – dezoito votos, lista A – quinze votos e um voto nulo. -----

Assim, ficam a integrar a **Comissão Alargada da CPCJ**, os Senhores Deputados **Alexandra Cardoso** e o **Joaquim Veloso**. -----

O **Senhor Deputado Laureano Guedes** pediu a palavra. Tendo-lhe sido concedida pela **Senhora Presidente da Mesa**, disse: -----

-----**DEPUTADO LAUREANO GUEDES:** Ter-se assistido à votação de duas comissões e de um elemento isolado da Assembleia para cumprir determinada missão ou determinadas missões, pelo que perguntava se estava prevista alguma vinculação à Assembleia no sentido desta ser informada da actuação destes

*Acta da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.11.13*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

Deputados ou se os mesmos são autónomos e então não haveria rigorosamente nada a saber. Afirmou, ainda, que achava que deveria haver uma vinculação, para que fosse dada resposta a alguma pergunta sobre a actuação que os Deputados vão desempenhar nas Comissões. \_\_\_\_\_

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Disse ser do seu entendimento e pensa ser também do entendimento da Mesa, que os Senhores Deputados eleitos terão de dar informação da sua actividade junto destas entidades, através de relatório ou pessoalmente em reunião da Assembleia. \_\_\_\_\_

Introduziu de seguida o ponto número cinco "**Constituição de um grupo de trabalho para elaborar o projecto de Regimento da Assembleia Municipal**". Informou que a lei refere que compete à Mesa elaborar o Regimento ou propor a constituição de um grupo de trabalho para o efeito. Comunicou que a Mesa optou pela constituição de um grupo de trabalho. Propôs que o grupo de trabalho fosse composto pela Mesa, um elemento da bancada do PS, um elemento da bancada do PSD e um elemento da bancada MAIS.

Como ninguém se tivesse oposto à proposta, os Representantes de cada grupo identificaram o deputado municipal que integraria o grupo de trabalho. \_\_\_\_\_

Ficou, então, constituído o grupo de trabalho pela **Presidente e Secretários da Mesa, Senhores Deputados Luís Lameiras (PS), Duarte Guedes (MAIS) e João Paulo Vilela (PSD)** \_\_\_\_\_

De seguida, a Senhora Presidente da Mesa passou ao ponto número seis "**Fixação do valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)**", dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara \_\_\_\_\_

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Informou que a proposta que iria estar em votação, já fora apresentada ao Executivo, tendo sido aprovada por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador Doutor Miguel Rodrigues e que propõe a fixação das taxas para o IMI conforme está na minuta. Informou, ainda, que essa fixação decorre de uma obrigação pela adesão ao Plano de Apoio à Economia Local, bem como da conjugação com o Plano de Reequilíbrio Financeiro. Estas obrigações impõem fixar os limites máximos que a lei indica. O não cumprimento desta obrigação implicaria a revisão do programa, colocando-o em causa. A fixação não decorre de uma opção política, mas de uma obrigação financeira. A proposta, como está apresentada, remete para as taxas máximas que a Câmara é obrigada a praticar no IMI. Os prédios rústicos 0.8%, prédios urbanos 0.8% e os prédios urbanos que já foram objeto de avaliação 0.5%. \_\_\_\_\_

*Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.11.13*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

A **Presidente da Mesa** questionou se algum Senhor Deputado gostaria de se inscrever para falar sobre aquele assunto? Não havendo inscrições passou-se de imediato à votação do ponto número seis "**Fixação do valor da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)**", tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com 34 votos. -----

Seguiu-se o ponto número sete da Ordem do Dia "**Autorização para lançamento de Derrama**", tendo, novamente sido dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Disse que este ponto também decorre de uma obrigação colocada pela adesão ao Plano de Reequilíbrio Financeiro. Informou que as entidades que exercem a sua actividade no território geográfico deste concelho são sujeitas a um imposto de rendimento colectivo e sobre esse imposto decai a derrama. A derrama tem como limite máximo 1.5%. Por força da adesão ao PAEL e do Plano de Reequilíbrio Financeiro são obrigados a fixar aquela taxa no valor máximo. Informou, ainda, que aquela proposta já tinha sido votada no Executivo, tendo sido aprovada por maioria com abstenção do Senhor Vereador Miguel Rodrigues. -----

A **Presidente da Mesa** perguntou se algum Senhor Deputado se queria inscrever para se pronunciar sobre aquele assunto, tendo-se inscrito a Senhora Deputada Filomena Nogueira. -----

-----**DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA:** Começou por cumprimentar a mesa, os Senhores Deputados e o Executivo. Começou por questionar a Mesa sobre a convocatória ter-lhe sido dirigida como Membro da Assembleia Municipal. Ali, na reunião, foi chamada de Deputada Municipal, pelo que gostava de saber qual a metodologia: Se efectivamente era Membro ou Deputada Municipal... -----

Relativamente ao ponto número sete, sobre o lançamento de uma Derrama, considera aquele imposto muito bem aplicado, ao contrário do IMI, pois por vezes as pessoas podem ter dificuldade em o pagar, dando o exemplo de um casal que compre um apartamento, terá de pagar uma prestação ao banco, o condomínio e ainda terá de pagar o IMI e se ficarem desempregados pode complicar-se a situação económica, mantendo contudo a mesma prestação do IMI. No caso da Derrama, no seu ponto de vista, as coisas são diferentes porque aquele imposto apenas incide no lucro das empresas. Por esse motivo, acha mais justificado do que o discutido no ponto anterior. Perguntou ainda se as empresas que têm o lucro no nosso concelho, mas que por qualquer motivo têm as suas sedes noutro lugar, nomeadamente no Porto, designadamente empresas

*Acta da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.11.13*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and the number 14.

do sector vinícola, se essas empresas não deveriam ser incentivadas a mudar as suas sedes para este Concelho, de maneira a que essa Derrama também ficasse no nosso Concelho. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Informou que a Lei se refere aos elementos da Assembleia Municipal como Membros da Assembleia Municipal. Revelou que não gosta dessa designação. Há quem defenda que só os Deputados da Assembleia da República podem ser assim designados, mas não vê qualquer inconveniente que também ali sejam tratados por Deputados; acha mesmo mais simpático tratá-los por Senhores Deputados do que por Membros, deixando contudo à consideração dos Senhores Deputados a forma como pretendem ser tratados. Referiu, ainda, que a convocatória não estava incorrecta porque a Lei fala em Membros da Assembleia Municipal. Mais disse que já tinha sido abordada por um outro Senhor Deputado sobre este assunto. Considera que não é ofensiva aquela denominação utilizada na convocatória. Terminou dizendo que continuará a chamá-los por Deputados caso não se importassem e que estará previsto no regimento a designação a adoptar. Deu, de seguida, a palavra ao Senhor Deputado Laureano Guedes para se pronunciar sobre este assunto.-----

-----**DEPUTADO LAUREANO GUEDES:** Referiu que, no seu entender, não se trata de uma questão de gostar ou não gostar, mas sim de uma questão de justiça. Disse fazerem parte do mesmo corpo, com a respectiva escala, da formação do país. Julga serem eleitos da mesma maneira que os Senhores Deputados da Nação. Os Deputados da Assembleia da República são eleitos do mesmo modo que os Deputados da Assembleia Municipal e os Deputadas da Assembleia de Freguesia. Acha que é um trato mais digno, que não é um avental que está a sugerir, mas sim um acto de dignidade saber que se está a tratar um companheiro de bancada por Deputado e o nome está correcto. Tal como receber em sua casa uma convocatória com um endereço que diz Deputado da Assembleia Municipal e isso dignifica a sua posição e a de todos os que estão na Assembleia. Entende que a Senhora Presidente irá definir a forma do trato da melhor maneira.-----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Reafirmou que não considera ofensiva nem tira a dignidade a forma de tratamento por Membro a quem pertence àquela Assembleia. De facto, a própria Lei diz "Membros da Assembleia". Concluiu este assunto dizendo que fica registada a posição sobre o trato por parte dos elementos que compõem a Assembleia.-----

*Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2015.11.13*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Passou-se de seguida à votação do ponto número sete “**Autorização para lançamento de Derrama**”, o qual foi aprovado por unanimidade, com trinta e quatro votos. -----

Introduziu de seguida o ponto número oito “**Aprovação da Taxa Municipal de Direito de Passagem (TMDP) e fixação do respectivo valor**”, dando novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Começou por dizer que gostaria de fazer uma apreciação pessoal sobre o questionado pela Senhora Deputada Filomena Nogueira, afirmando que gostaria de propor a baixa da Derrama, de modo a criar um clima económico e de fiscalidade muito mais favorável à fixação das empresas. Que, infelizmente, as empresas com mais capacidade financeira não estão sediadas no Concelho de Alijó, mas sim localizadas no Concelho de Alijó. Afirmou, caber ao executivo e a todos os cidadãos deste Concelho promover alguma atractividade para que elas aqui se possam vir a sediar. Que as empresas só passarão as suas sedes para Alijó, se lhes criarem um clima fiscal agradável, o que obriga a determinadas excepções. Que essas excepções passarão sempre pela Assembleia e se houver alguma empresa que fique seduzida para se fixar no Concelho, cabe à Assembleia definir qual será essa situação de excepção, sendo certo que a Lei diz que ela vigora por cinco anos, com possibilidade de renovação por outros cinco anos. Ao fim de dez anos integra o regime normal de uma Derrama que seja fixada para todas as outras empresas do Concelho. -----

No que respeita o ponto número oito, disse que a proposta já foi apresentada ao Executivo tendo sido votada por unanimidade. Explicou que a Taxa Municipal de Direitos de Passagem não incide sobre qualquer pessoa ou empresa fixada no Concelho, mas sim sobre as empresas que operam a nível electrónico no concelho. Disse, também, que tiveram de adoptar uma taxa máxima de 0.25%. -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se algum Senhor Deputado se queria inscrever para se pronunciar sobre aquele assunto, tendo-se inscrito o Senhor Deputado Cláudio Vilela. -----

-----**DEPUTADO CLÁUDIO VILELA:** Disse concordar com a atribuição de uma Taxa Municipal sobre os Direitos de Passagem, sendo contudo lamentável que empresas como a PT, a EDP e outras do género, imputem posteriormente estes custos aos consumidores finais. De facto, não são essas empresas que estão a pagar, somos nós todos. -----

Por ter sido solicitado, a **Presidente da Mesa** concedeu a palavra ao Senhor Deputado Telmo Pinto.

*Acta da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.11.13*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

-----**DEPUTADO TELMO PINTO:** Que num espírito construtivo, propunha à Mesa que começasse a votação ao contrário, começando por quem vota contra, quem se abstém e aprovado por unanimidade. -----

-----**PRESIDENTE DA MESA:** Agradeceu a sugestão e não havendo mais inscrições colocou à votação o ponto número oito "**Aprovação da Taxa Municipal de Direito de Passagem (TMDP) e fixação do respetivo valor**", tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com trinta e quatro votos. -----

Seguidamente introduziu os pontos números nove e dez, informando que se trataria de dar conhecimento daquela matéria à Assembleia, dando a palavra ao Senhor Presidente para dar essas informações. -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Informou que estes pontos dizem respeito a protocolos que foram apresentados em reunião de câmara, tendo sido aprovados por unanimidade e que se prendem com prestação de serviços no controlo da qualidade da água e no controlo das águas residuais. Reafirmou que os protocolos foram aprovados por unanimidade pelo executivo e já se encontram formalizados -----

Porque solicitada, a **Senhora Presidente da Mesa** deu a palavra ao Senhor Deputado Laureano Guedes. -

-----**DEPUTADO LAUREANO GUEDES:** Disse que não pretendia alterar nada do estava decidido, mas solicitava uma explicação para perceber de que modo é que esta aprovação garantiu o controlo da qualidade das águas e de que modo é que achava que esta aprovação era a melhor maneira para tratar as águas residuais, porque sobre as águas tinha alguma coisa a dizer. Defendeu a causa da Ribeira de São Mamede, que, na sua opinião, continua a ser muito mal tratada, dizendo não saber se isso acontecia por falta de controlo, ou se por causa natural. Perguntou se na aprovação daqueles protocolos alguma coisa podia ser abordada para defesa daquela causa. -----

A **Senhora Presidente da Mesa** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos. -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Informou que aqueles protocolos nada têm a ver com a distribuição de águas, nem com a captação, mas sim com o controlo da qualidade das águas que são consumidas por todos e com a qualidade das águas residuais, pois também se deve ter em atenção aos Phs, que entram e vão à ETAR. Caso isso não seja controlado, haverá penalização por parte do Ministério do Ambiente e pela própria Águas de Portugal. É apenas um protocolo de controlo de qualidade. -----

*Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.11.13*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

Handwritten signature and date "17" in blue ink.

A Senhora Presidente da Mesa introduziu o ponto número onze "**Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais**", dando novamente a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos sobre esse assunto. -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Esclareceu que aquela proposta se prendia com o pedido de dispensa dessa autorização prévia pois, havendo a necessidade de se aprovar o Orçamento naquela Assembleia, considera que seria um desperdício de tempo e de dinheiro convocar uma Assembleia para pedir autorização prévia para os compromissos plurianuais, podendo depois serem explicados na discussão do orçamento dos compromissos que aquela Câmara tem de assumir por mais de um ano. -----

A Senhora Presidente da Mesa perguntou se algum Senhor Deputado se queria inscrever para se pronunciar sobre aquele assunto, abrindo período de inscrições. Não havendo inscrições passou à votação do ponto número onze "**Autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais**", tendo sido aprovado por unanimidade, com trinta e quatro votos. -----

Foi dada, novamente, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar as informações solicitadas pelo Senhor Deputado Marco Rodrigues. -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Informou que já tinha na sua posse as informações solicitadas pelo Senhor Deputado Marco Rodrigues, apresentando-as a toda a Assembleia. Começou por informar os Senhores Deputados que o documento tinha informações sobre transferências de capital e transferências correntes. Informou ainda que as transferências de capital são dinheiros transferidos para um qualquer protocolo ou assunção de compromissos com as Juntas. As transferências correntes têm a ver com as escolas. Passou a ler as transferências de capitais enunciadas no documento: Freguesias de Cotas, cinco mil euros; Freguesia de Carlão, vinte e cinco mil euros; Freguesia de Favaios, vinte mil euros; Freguesia de Pegarinhos, dez mil euros; Freguesia do Pinhão, cinquenta mil euros; Freguesia de São Mamede de Ribatua, quarenta e cinco mil euros; Freguesia de Sanfins do Douro, quarenta e cinco mil euros; Freguesia de Santa Eugénia, vinte e três mil euros; Freguesia de Vale de Mendiz, dez mil euros. As transferências de capital corrente foram: Freguesia de Alijó, treze mil e quinhentos euros; Freguesia de Favaios, três mil euros; Freguesia de Pegarinhos, três mil euros; Freguesia do Pinhão, três mil euros; Freguesia de São Mamede de Ribatua, mil e quinhentos euros; Freguesia de Sanfins do Douro, três mil e quinhentos euros; Freguesia de Santa Eugénia, dois mil e quinhentos euros; Freguesia de Vilar de Maçada, três mil euros.

*Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.11.13*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Doslumbrante Património Natural

78

Informou ainda, casos os Senhores Deputados o desejassem poderem consultar o documento ou fotocopiá-lo para lhes ser entregue. -----

A Senhora Presidente da Mesa abriu um período para pedido de esclarecimentos, tendo-se inscrito os Senhores Deputados Marco Rodrigues, Albano Pereira, Filomena Nogueira, Telmo Pinto e João Vilela. -----

-----**DEPUTADO MARCO RODRIGUES:** Questionou o Senhor Presidente da Câmara para saber se foi transferido algum valor para as Freguesias que não foram mencionadas.-----

-----**DEPUTADO ALBANO PEREIRA:** Começou por cumprimentar a Mesa e os Senhores Deputados, dando as boas vindas, principalmente àqueles que vieram de novo. -----

Seguiu dizendo que estava triste da forma como o dinheiro tinha sido distribuído, porque a Freguesia de Casal de Loivos deixou o saldo positivo e por isso ele foi castigado, tendo os outros recebido tudo e ele não recebeu nada. Quem se porta bem, é castigado, quem se porta mal é beneficiado -----

Disse estar também muito desiludido pois, na véspera teve de fazer um esforço enorme para que o Executivo da Junta de Freguesia do Pinhão não se demitisse, confessando que não sabe o que fará no futuro. Informou que a Junta de Freguesia do Pinhão tem o "Bar da Praia" hipotecado, tem as receitas no banco hipotecadas, não podendo mexer no dinheiro e todo o dinheiro que lá entra não é para a Junta. Disse ainda que a pessoa que o hipotecou nem sequer lhe atende o telefone, dando a conhecer que a dívida do Pinhão é de quatrocentos e trinta e nove mil euros. Questionou sobre o que poderá fazer na Freguesia do Pinhão, revelando-se triste e desiludido, porque deixou uma Junta a zero e caiu na tontice de querer gerir uma Junta que lhe deixou um saldo negativo, além das contas hipotecadas, do "Bar da Praia" hipotecado, e que o "LBV" está próximo. Voltou a questionar como fará para gerir a Junta de Freguesia do Pinhão. Confessou que se irá embora se não conseguir gerir a Junta de Freguesia, pois além dos cinquenta e três mil euros de transferência recente, a Junta continua com um saldo negativo de quatrocentos e trinta e nove mil euros para pagar. -----

-----**DEPUTADA FILOMENA NOGUEIRA:** Questionou se já houve nova reorganização das Freguesias do Pópulo e Ribalonga, pois se a Presidente da Freguesia do Pópulo se portou bem e não deixou nenhuma dívida e por isso não recebeu nada, a Freguesia de Ribalonga, foi das que se portou mal e deixou dívida e também não recebe nada? não percebendo este critério adoptado, pois não recebeu nem transferências de

*Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.11.13*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

capital, nem transferências correntes. Que gostaria de saber qual foi a metodologia adoptada para esta situação.-----

-----**DEPUTADO TELMO PINTO:** Começou a sua intervenção referindo-se ao facto de não ter havido um período antes da ordem do dia, mas que estava a acontecer um período depois da ordem do dia. Disse querer fazer somente duas referências. A primeira sobre o pedido de informação do Senhor Deputado Marco Rodrigues, dizendo entender que a mesma lhe deveria ter sido facultada em suporte de papel e ele ficaria com ela. Que, contudo, entende ter-se ali aberto precedente grave. Disse que também queria falar sobre as transferências para as Juntas de Freguesia, até porque tendo ouvido os números, um deles lhe dizia respeito. Que, apesar de não ser deputado da assembleia de freguesia, assistiu a uma Assembleia da União de Freguesias de Vale de Mendiz, Casal de Loivos e Vilarinho de Cotas, onde a primeira coisa a ser discutida foram os pagamentos de dívidas, nomeadamente da Junta de Freguesia de Casal de Loivos. Por esse motivo, entende que "alguma coisa não está a bater muito certo" -----

Afirmou não saber se a questão das transferências tinha a importância que os Senhores Deputados lhe estavam a dar. Que a reunião da Assembleia tinha começado muito bem, com apelos ao empenho e dedicação na perspectiva de um futuro melhor ... mas " *que aquilo que está, está... e agora é como tudo na vida ...É como o Governo que quando foi para lá encontrou uma coisa que não estava à espera de encontrar e está a fazer o seu melhor... penso eu*".-----

-----**DEPUTADO JOÃO VILELA:** Começou, dizendo que não queria usar de ironia, questionando se as Freguesias que não fizeram parte das transferências desapareceram do Concelho, se não contam? Questionou se haveria algum motivo para isso ter acontecido, sugerindo que as melhores pessoas para responderem à pergunta da Senhora Deputada Filomena Nogueira seria o Executivo anterior, pois estas transferências foram feitas pelo Executivo anterior. Na sua opinião, que seriam essas as melhores pessoas para responder. Disse ainda que, no seu entendimento, a Assembleia Municipal anterior foi vergonhosa, quando entraram pontos quase "às carradas" sendo que um deles prendia-se com essas transferências. Que, não querendo errar, foi dito que possivelmente não haveriam transferências, que seria para preparar terreno para quem viesse a seguir. Que afinal houve transferências...não houve para todos, houve para alguns, questionando o método e critério usados. Por esse motivo, teria de dar razão ao Deputado Marco Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia do Castedo que, durante quatro anos, andou a levantar aquele

*Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.11.13*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

20

assunto e não recebeu um cêntimo da Câmara Municipal e que agora continua na mesma, estando o Castedo no estado em que está, lamentavelmente, e iam permitir que aquele tipo de situações aconteça? Será que aquele assunto não tem importância? Questionou de novo se o Castedo faz parte do Concelho ou não faz? Se é uma freguesia ou não é? Se aquelas pessoas não servem? Se não votam quando é de quatro em quatro anos? Se os partidos não se lembram de ir lá pedir votos? Disse não estar a defender o caso do Castedo em particular, mas a defender o caso das Freguesias que efectivamente não foram contempladas. Qual é a razão, qual é o motivo? Reafirmou que existem disparidades enormes entre freguesias, que aquilo deveria ser esclarecido e deveria perceber-se o porquê daquela razão, pois não há cidadãos de primeira e cidadãos de segunda. Terminou apelando para que aquele assunto fosse esclarecido. -----

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos. -----

-----**PRESIDENTE DA CÂMARA:** Relativamente à questão que o Senhor Deputado Marco Rodrigues colocou, disse desconhecer a situação das outras Freguesias, dizendo que o único registo financeiro que existe naquela casa era aquele que leu.-----

Quanto ao assunto levantado pelo Senhor Deputado Albano Pereira, que se sente penalizado pelo facto de ter mudado de freguesia, também desconhece as razões que o levaram a isso. Solidarizou-se na sua preocupação e na angústia, que enquanto presidente, estava a viver, pois trata-se de dívidas imputadas à Junta de Freguesia, e que a Câmara Municipal, no momento actual, apenas pode ser solidária com a sua angústia. Disse que a Câmara tentará encontrar o melhor caminho para sair daquela situação, sendo que, tal como afirmara no início da sua intervenção, a Câmara está a viver um período de extrema dificuldade financeira e que isso acontecia não só na Câmara Municipal, mas também nas Juntas de Freguesia. -----

Disse à Senhora Deputada Filomena Nogueira que aquele documento estava datado do dia treze de Setembro, última reunião do anterior Executivo, votado por unanimidade, não se prendendo com uma decisão actual. Disse, ainda, que se tratava de uma competência do senhor Presidente da Câmara Municipal, não necessitando o assunto ser levada à Assembleia Municipal. Por proposta do então Senhor Presidente da Câmara, duzentos e trinta e três mil, oitocentos e vinte e oito euros em capital e quarenta e três mil, novecentos e vinte e três euros em despesas correntes foram transferidos. Isto era da competência do

*Acta da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.11.13*



ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE  
**ALIJÓ**

Deslumbrante Património Natural

anterior Executivo e foi votado por unanimidade. " A leitura que os Senhores Deputados queiram fazer, façam-na". -----

No que se refere à intervenção do Senhor Deputado Telmo Pinto, reconheceu não ter havido um período antes da ordem do dia e depois se ter enveredado para aquela discussão. Que não era essa a sua intenção. Apelou à Assembleia que, existindo assuntos muito mais complexos do que aquele, era necessário ter alguma calma. Apelou ao bom senso e à reflexão, por forma a não se enveredar por caminhos que depois não terão retorno. Que cabia a todos essa responsabilidade. Que tal como iniciou a intervenção, onde apelou à calma e ao bom senso, terminaria da mesma forma. Pediu para que tentassem ultrapassar as dificuldades não as pessoalizando. Afirmou, existir um problema global e estrutural da Câmara Municipal que, conseqüentemente, estende-se às Juntas de Freguesia. Que terão que ser solidários e tentar encontrar uma solução para o problema. -----

Dirigiu-se finalmente ao senhor deputado João Vilela, reconhecendo que se estivesse no lugar dele, talvez também colocasse as questões da forma como ele o fez. Porém, enquanto Presidente da Câmara, pediu-lhe alguma contenção para levar a questão a bom termo. -----

De seguida a **Senhora Presidente da Mesa** informou que antes de encerrar a reunião, iria mandar passar pelos Senhores Deputados os formulários de senhas de presença, solicitando que cada um, no lugar onde diz "observações", indicasse os quilómetros que tem de percorrer para vir às Assembleias. -----

Disse que não iria realizar novamente a chamada porque tinham feito uma eleição há pouco tempo e como ninguém se ausentou ainda estavam os trinta e quatro Deputados no interior da sala. -----

Porque o Senhor **Deputado Telmo Pinto** lembrou o assunto, a Senhora Presidente da Mesa disse que entendia ser necessário que as reuniões da Assembleia fossem mais abertas à população e à sua participação. Sabendo que estas normalmente têm lugar em horário laboral e, em consonância com o Representante da bancada do PS e de alguns Deputados do PSD com quem teve a oportunidade de falar anteriormente (o que, por falta de oportunidade não conseguiu fazer com os Senhores Deputados do Grupo Mais) sugeriu que as Assembleias fossem realizadas ao sábado. Este assunto foi colocado à consideração dos senhores Deputados, bem com o horário a que se deveria realizar a assembleia. Depois de se pronunciarem, os Senhores Deputados concordaram que as assembleias Municipais se realizem aos sábados, no período da tarde. Sobre este assunto, deixou ainda a possibilidade das reuniões serem

*Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Alijó de 2013.11.13*



realizadas fora da vila de Alijó, desde que houvesse necessidade e se justificasse, por forma a fazer a aproximação da Assembleia com a população. Quanto ao local em Alijó, deixou a hipótese da Assembleia Municipal se realizar no Teatro Auditório Municipal, por ser o local que reúne as melhores condições. -----

Deu por terminados os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente Acta que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

  
A Mesa  
